

O trabalho extrativista da piaçaba em Barcelos-AM, Brasil: servidão por dívida e resistência dos piaçabeiros

Elieyd Sousa de Menezes*

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

elieydmenezes@yahoo.com.br

Recibido: 14-05-18

Aceptado: 04-08-18

Resumo: A extração das fibras de piaçaba a partir do sistema de “aviamento” em Barcelos-AM vem sendo denunciada pelos trabalhadores extrativistas, os piaçabeiros, como trabalho degradante. Seja por causa da servidão pela dívida, pela insalubridade nos piaçabais ou pelo acesso restrito aos rios. Objetivo neste artigo refletir sobre as relações sociais envolvendo estes agentes no que tange às formas de dominação e resistência frente aos “patrões” aos quais estes estão subordinados. Em 2013 o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um Inquérito Civil para investigar tais denúncias e em uma operação conjunta com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi constatado por estes órgãos que a extração das fibras de piaçaba a partir do “aviamento” se trata de uma atividade análoga à escravidão. Os piaçabeiros se autodefinem indígenas tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena e tuyuca, assim como não-indígenas e ribeirinhos e trabalham para comerciantes conhecidos como “patrões”. Os dados aqui apresentados foram construídos entre 2007 e 2017 a partir da constituição de uma relação de pesquisa com os piaçabeiros através do trabalho de campo, da qual além de observação direta, entrevistas, registros de material iconográfico e receptor de GPS foram feitos. Em Barcelos-AM o “aviamento” rege as relações comerciais, que envolve laços familiares, relações de poder e formas de dominação e

* Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

resistência, mesmo que cotidianas e invisíveis.

Palavras-chave: piaçabeiros, trabalho, resistência

Resumen: La extracción de las fibras de "piaçaba" (chiqui-chique en Venezuela) a partir del sistema de avío en Barcelos-AM (Brasil) viene siendo denunciada por los trabajadores extractivistas, los "piaçabeiros", como trabajo degradante. Sea a causa de la servidumbre por la deuda, por la insalubridad en los "piaçabais" (lugar donde se extrae la materia prima), o por el acceso restringido a los ríos. Objetivo en este artículo reflexionar sobre las relaciones sociales envolviendo estos agentes en lo que se refiere a las formas de dominación y resistencia frente a los patrones de los cuales estos están subordinados. En 2013 el Ministerio Público Federal (MPF) instauró una investigación civil para investigar tales denuncias y en una operación conjunta con el Ministerio Público del Trabajo (MPJT) y el Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE) fue constatado por estos órganos que la extracción de las fibras de piaçaba a partir del "aviamento" se trata de una actividad análoga a la esclavitud. Los "piaçabeiros" se autodefinen indígenas tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena y tuyuca, así como no indígenas y ribereños y trabajan para comerciantes conocidos como "patrones". Los datos aquí presentados fueron construidos entre 2007 y 2017 a partir de la constitución de una relación de encuesta con los "piaçabeiros" a través del trabajo de campo, de la cual además de observación directa, entrevistas, registros de materiales iconográficos y receptor de GPS fueron hechos. En Barcelos-AM el avío rige las relaciones comerciales, que envuelven lazos familiares, relaciones del poder y en él, formas de dominación y resistencia, aunque sea cotidianas y invisible.

Palabras-clave: "piaçabeiros", trabajo, resistência

Abstract: The extraction of piaçaba fibers from the "aviamento" system in Barcelos-AM has been denounced by the extractive workers, the piaçabeiros, as degrading work. Whether because of debt bondage, unhealthiness in piaçabais, or restricted access to rivers. The objective of this article is to reflect on the social relations involving these agents in relation to the forms of domination and resistance to the "bosses" to whom they are subordinated. In 2013 the Federal Public Prosecutor's Office (MPF) instituted a Civil Inquiry to investigate such complaints and in a joint operation with the Public Labor Ministry (MPJT) and the Ministry of Labor and Employment (MTE) it was found by these bodies that the extraction of fibers of piaçaba from the "aviamento" is an activity analogous to slavery. The piaçabeiros define themselves tarian, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena and tuyuca, as well as non-indigenous and riverine people and work for merchants known as "bosses". The data presented here were constructed between 2007 and 2017 from the constitution of a research relation

with the piaçabeiros through field work, of which besides direct observation, interviews, records of iconographic material and GPS receiver were made. In Barcelos-AM "aviamento" governs commercial relations, which involves family ties, power relations and forms of domination and resistance, even if daily and invisible.

Keywords: "Piaçabeiros", work, resistance

Introdução

“Estou desde 1964, em 1964 eu comecei a cortar piaçaba até agora. É muito tempo! O que eu que eu tenho? Nada. Só trabalhando para o patrão”. Depoimentos como este são recorrentes no médio rio Negro, no município de Barcelos, estado do Amazonas, Brasil. Esta fala é de um agente social autodefinido como piaçabeiro e seu depoimento propõe uma reflexão sobre uma situação de repressão da força de trabalho orientada pela dívida, enquanto um instrumento de dominação.

Falas como essas, por séculos, foram naturalizadas e generalizadas, reprimindo a voz e os direitos destes agentes. A atividade do extrativismo, coleta, caça e pesca na Amazônia brasileira tem se desenvolvido sob o viés da patronagem. Dentre outras situações empiricamente observáveis, posso citar os casos da seringa, da piaçaba, da pesca comercial e ornamental, que se têm registros no rio Negro dessa relação.

Durante o período colonial, a economia na Amazônia foi marcada por políticas de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho compulsório de povos indígenas. Até meados do século XVIII, a extração e coleta das “drogas do sertão” foram coordenadas pelas missões religiosas, tais como, jesuítas e carmelitas.

A partir do século XIX na Amazônia brasileira, com o advento da indústria gomífera, o sistema de “aviamento” se expande, sobretudo com o fato de grandes seringalistas dominarem o cenário político na época nos estados brasileiros na Amazônia. Nos anos da intensa comercialização da goma elástica, havia profunda mobilização em torno dos seringais neste rio imobilizando a força de trabalho de muitos povos indígenas.

Nos últimos anos, entretanto, depoimentos como esses da qual inicio este artigo tiveram repercussão em âmbito nacional (Brasil), após organização dos movimentos sociais neste município e denúncias relacionadas a essas situações

de repressão da força de trabalho que foram consideradas pelo Estado como trabalho análogo à escravidão.

Neste artigo pretendo refletir sobre as relações sociais no âmbito do sistema de aviação da extração das fibras de piaçaba, no município de Barcelos, médio Rio Negro, estado do Amazonas. Tais fibras são utilizadas para a confecção de vassouras e artesanatos. Os dados aqui apresentados foram produzidos entre os anos de 2007 a 2017 durante trabalho de campo para realização de pesquisa vinculada ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que posteriormente se tornou objeto de estudo na minha dissertação de mestrado e atualmente da minha tese de doutorado, que está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

O primeiro contato que tive com os piaçabeiros em Barcelos foi através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que vem sendo desenvolvido desde julho de 2005 no Brasil. O objetivo do projeto Nova Cartografia é realizar um trabalho de mapeamento social dos Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia, pretendendo privilegiar a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais.

4



Ao participar das atividades de mapeamento social pude conhecer várias famílias que trabalham na extração de piaçaba, compreender seus pontos de vistas e as relações da qual estão inseridos. Publicamos uma pequena cartilha, que denominamos de fascículo, que buscou evidenciar as reivindicações dos próprios piaçabeiros e através de um mapa construído por eles também, foi mostrado os conflitos sociais, as violências físicas e simbólicas que estes agentes viviam. A partir desse trabalho, fui convidada pela liderança da Cooperativa Mista Agroextrativista dos povos tradicionais do médio rio Negro (COMAGEPT) e ratificada pelos seus pares, ainda no ano de 2007, para continuar os estudos e continuar o mapeamento social em Barcelos.

Nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2017 realizei um *survey* e trabalhos de campo em Barcelos, pude conhecer os piaçabais na região, assim como agentes sociais que acionam diferentes identidades coletivas, concomitante ou não, como: indígenas (Tariano, Tukano, Baré, Baniwa, Arapaço, Werequena, Tuyuca, Yanomami), piaçabeiros, piabeiros, pescadores, artesãos e demais, como patrões de piaçaba, pequenos comerciantes de piaçaba, regatões e vassoureiros.

A rede de contatos construídas no campo me permitiu circular na cidade de Barcelos, conversar com piaçabeiros e patrões, juntos ou separados. Aos poucos

fui construindo uma relação de pesquisa com os agentes sociais da pesquisa. Bourdieu (1997) considera a relação de pesquisa, uma relação social que não é unilateral e que exerce efeitos sobre os resultados obtidos da pesquisa. Entendo que relação de pesquisa não implica somente numa interação estabelecida objetivamente entre dois agentes: o pesquisador e o entrevistado, para fins de construção de conhecimento. Uma relação de pesquisa implica, sobretudo, numa interação social entre agentes que possuem visões de mundo diferente ou não, que possuem gostos, comportamentos, e subjetividades.

A reflexividade que eu tento estabelecer aqui permite interrogar as minhas próprias observações, as implicações das minhas escolhas metodológicas, relações de pesquisa, certezas aparentes e até mesmo as dúvidas e dificuldades.

O sistema de aviamento e a hierarquização das relações extrativistas

O “sistema de aviamento” é conhecido historicamente na Amazônia como um sistema de trocas que persiste em uma relação social hierarquizada entre os agentes sociais que o compõe. Tais agentes vão desde o trabalhador extrativista até os donos dos meios de produção. Os primeiros, conhecidos como “fregueses” são subordinados aos segundos, conhecidos como “patrões”.

Este sistema é baseado no adiantamento de mercadorias a crédito. No caso da unidade de produção designada como “piaçabal”, a troca se refere às fibras de piaçaba extraídas pelos trabalhadores denominados como piaçabeiros, pelos produtos industrializados e/ou manufaturados que os patrões oferecem, como facões, lanternas e outros instrumentos necessários para o trabalho de extração das fibras no “piaçabal”.

O preço dos produtos comercializados nesta relação é estabelecido pelo “patrão”, por isso a relação se torna desigual, vertical. Há, portanto, uma série de obrigações estabelecidas do trabalhador extrativista para com o “patrão”.

Meira (1993) classifica a posição social deste *comerciante* conhecido como “patrão” em três categorias heterogêneas em relação ao sistema de aviamento no rio Negro: “grande comerciante”, “pequenos e médios comerciantes” e os trabalhadores extrativistas (“seringueiros”, “piaçabeiros”, “castanheiros” dentre outros). O grande comerciante manipula o dinheiro e os lucros resultantes do extrativismo, e os pequenos e médios comerciantes fazem a comunicação entre os trabalhadores extrativistas e o grande comerciante.

As estruturas desta relação comercial são dinâmicas, pois em outro contexto, o comerciante considerado como “patrão” de uma determinada relação comercial com um trabalhador extrativista pode ser alguém subordinado a outro, ou seja, ele pode ser o “freguês” de outro empresário.

Por exemplo, o Sr. Silva é um comerciante conhecido como “patrãozinho” da piaçaba e mantém relações comerciais com doze trabalhadores extrativistas, nas quais troca instrumentos de trabalho e alimentos por toneladas de piaçabas. Os produtos que o Sr. Silva negocia com estes trabalhadores extrativistas são obtidos também a crédito com um comerciante de maior capital financeiro, o Sr. Pereira. Deste modo, o Sr. Silva acaba sendo subordinado a este último comerciante, e este por comercializa com as fábricas de vassouras em outros Estados e países.

Quando o Sr. Silva está na presença dos trabalhadores extrativistas designados como “piaçabeiros” ele é o “patrão” e os trabalhadores são os “fregueses”. Mas quando o Sr. Silva está na presença do Sr. Pereira ele é o “freguês” e o Sr. Luiz é o “patrão”.

É oportuno ressaltar aqui que cada trabalhador extrativista possui dívidas adquiridas com o comerciante a quem ele é subordinado durante sua estadia no lugar de produção, que é o “piaçabal”. Isso porque o comerciante designado como o “patrão” adianta as mercadorias como alimentos, instrumentos de trabalho ou dinheiro para este trabalhador se manter na floresta e manter sua família na cidade ou nos povoados.

A unidade de produção designada de “piaçabal” não é somente o lugar de incidência da palmeira de piaçaba, que se localiza nas florestas do município, tal unidade está, sobretudo, articulada em um complexo de relações sociais atreladas à prática extrativista.

Os custos com deslocamento até os “piaçabais” não são pagos pelo “patrão”, já que o acordo entre estes agentes é que o valor pago será pela produção das fibras extraídas. Além do mais, quando acabam os alimentos, remédios ou quaisquer outras mercadorias no “piaçabal”, os trabalhadores extrativistas tem que comprar do “patrão”. Neste contexto ocorre o superfaturamento dos produtos.

Posso dizer que entre os anos de 2007 a 2017 uma cartela com quatro comprimidos para dor de cabeça no “piaçabal” custava em média R\$ 5,00 (cinco reais), já o quilo do café R\$ 20 (vinte reais) o açúcar R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), a gasolina R\$ 8,00 (oito reais o litro), conforme visto nos

cadernos de conta dos trabalhadores extrativistas da piaçaba que permitiram que eu manuseasse e fotografasse seus recibos de dívida ou saldo durante o trabalho de campo em 2011 e 2017.

Quando os alimentos industrializados aviados pelo patrão acabam, os piaçabeiros vão pescar ou caçar na floresta da qual o piaçabal faz parte. O tempo gasto para esta atividade de caça e pesca não é pago, já que eles recebem apenas por produção da fibra. Como os trabalhadores não estão extraindo a piaçaba, não poderão entregar sua produção.

Com os altos custos para se manter na floresta, as dívidas que prendem os trabalhadores extrativistas ao comerciante a quem são subordinados dificilmente é paga. Até final da década 1990 estes trabalhadores não poderiam vender ou trocar as fibras de piaçaba com outros comerciantes, pois tinham que produzir para saldar a dívida. Atualmente, este cenário está mudando.

O “patrão” possui um “caderno de contas” que é onde as dívidas ficam anotadas. Este caderno é um instrumento de controle desse sistema. São anotados desde os alimentos, roupas, terçados, facões, lanternas, remédios dentre outros instrumentos necessários para essa prática extrativista.

A produção dos “piaçabeiros” é pesada pelos “patrões”. Estes, por sua vez, subtraem um desconto conhecido como “tara” que corresponde a uma fração da produção que não é paga ao “piaçabeiro”. Esta fração varia entre 10% a 30% do valor total de sua produção. Seria uma taxa que desconta os possíveis “pesos extras”. O argumento dos patrões sobre a “tara” é que existe um peso além das fibras, como areia, galhos e água que os trabalhadores extrativistas podem colocar para que a sua produção pese mais.

A porcentagem da “tara” aumenta se a fibra estiver molhada. O acordo verbal que estes agentes adotam é que caso o denominado “freguês” consiga obter saldo nesta pesagem ele estaria “liberado” para extrair para outro patrão. Atualmente há trabalhadores extrativistas que mesmo com dívidas com um determinado “patrão”, mantém relações comerciais com outros comerciantes. Desde modo, a dívida é maior e ele permanece endividado, o que significa que deverá trabalhar para estes comerciantes até saldar as dívidas.

Neste contexto os conflitos sociais entre esses agentes vão aparecendo na medida em que há o superfaturamento dos produtos comprados pelos piaçabeiros, e as produções destes são vendidas aos “patrões” a um valor baixo em relação a todo o trabalho tido para a extração da fibra. Em 2017 o quilo das fibras variava entre R\$1,40 (um real e quarenta centavo) a 2,50 (dois reais e

cinquenta centavos) e em 2011 o preço do quilo destas fibras variava entre R\$0,90 (noventa centavos) a R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos).

O processo social da extração das fibras de piaçaba

O trabalho da extração das fibras de piaçaba é intenso e longo. O início do processo social desta extração se dá com a procura de um local propício de incidência da fibra, conhecido como “piaçabal”. Os piaçabeiros se deslocam da cidade de Barcelos ou de comunidades indígenas nos rios deste município, como: rio Negro e rio Aracá até os piaçabais da região. Em Barcelos, os piaçabais estão concentrados nos rios Aracá, Curuduri, Padauri e Preto. O reconhecimento da área dura aproximadamente de dois a três dias. Se os trabalhadores extrativistas da piaçaba ficarem no local para a extração vão permanecer por um período de três meses a um ano, para tanto, irão construir uma barraca que servirá de moradia na floresta.

Na Amazônia brasileira o tempo ecológico não é regido pelas quatro estações conhecidas como: primavera, verão, outono e inverno. Tem-se apenas inverno e verão. O inverno se refere a uma estação a qual os níveis pluviais são altos, ou seja, há regularmente chuvas que aumentam o volume de água dos rios. O inverno é conhecido pelos agentes sociais envolvidos na pesquisa como “período de chuva” ou “cheia” e persiste por aproximadamente cinco meses, que corresponde aos meses de abril até setembro.

Já o verão é um período do ano em que os níveis pluviais são menores, assim como os níveis fluviais. A partir da pouca ocorrência de chuvas, o rio tem seu volume de água diminuído o que ocasiona as praias, o aumento das atividades pesqueiras e a impossibilidade de navegar em igarapés, sob o risco das embarcações encalharem. Este período do ano tem duração de aproximadamente cinco meses que vão de outubro a março. Esta estação é conhecida como “época da seca” ou “seca” pelos agentes sociais envolvidos na pesquisa.

Existe o período de transição entre uma estação e outra, pois as mudanças entre “cheia” e “seca” não são abruptas. Por exemplo, entre os meses de março e abril começa a chover regularmente e os níveis fluviais aumentam. Está iniciando, portanto, a “cheia”. Já entre os meses de setembro e outubro as chuvas começam a diminuir, assim como os níveis de volume do rio, iniciando o “período da seca” ou a “vazante” do rio.

A fibra da piaçaba pode ser extraída o ano inteiro, ou seja, nos períodos de “seca” e “cheia”. Porém, a extração de piaçaba ocorre mais no período denominado de “cheia”, já que os igarapés que dão acesso ao “piaçabal” estão navegáveis porque os níveis fluviais estão altos.

Na estação “seca” as embarcações não entram nos igarapés que dão acesso ao “piaçabal”. Os trabalhadores extrativistas da piaçaba caminham a pé carregando fardos de piaçaba nas costas por quilômetros para transportar essas fibras que serão entregues ao “patrão”. Mas isso não significa que estes não vão ao “piaçabal” durante o período de “seca” do rio.

Os piaçabeiros que realizam suas atividades no “piaçabal” durante o período da “seca” permanecem extraíndo as fibras até os níveis fluviais subirem, assim eles poderão proceder ao transporte das fibras por meio de embarcações como uma canoa maior conhecida como “chata”. É oportuno ressaltar que no contrato tácito entre “piaçabeiros” e “patrões” esta é uma responsabilidade dos piaçabeiros.

Com alguns instrumentos, como o facão e terçado, pequenas árvores, tocos e galhos são retirados para que possam desobstruir as passagens do igarapé até a área da floresta onde serão realizadas as atividades extrativistas. Esta tarefa é um trabalho manual que leva de dois a três dias, denominada pelos piaçabeiros de “limpeza do igarapé”.

Assim que terminam a “limpeza dos igarapés”, estes trabalhadores começam a retirar pequenas árvores de um lugar específico da floresta próximo ao igarapé a fim de abrir uma clareira na mata. Também são utilizados facões e terçados para esta tarefa. Nessa área da floresta que foi limpa, os “piaçabeiros” constroem uma barraca para dormirem nos próximos meses que permanecerão no “piaçabal”.

Vale ressaltar que essas atividades demandam tempo, força física e não são remuneradas. Os patrões pagam somente pela produção das fibras de piaçaba. Os custos com deslocamentos, alimentação, assistência médica e remédios, alojamento, são dos próprios piaçabeiros.

Aliás, quando os “piaçabeiros” vão realizar as atividades de limpar a área onde irão trabalhar por alguns meses, o “patrão” fornece as mercadorias como alimentos, facões, lanternas, mas os trabalhadores extrativistas terão que pagar por estes itens. A *dívida* começa aí.

“Os trabalhos de limpar igarapés, montar a colocação, abrir o caminho, pescar, caçar, fazer a condução da piaçaba quem assume é o piaçabeiro. O patrão não paga por

estes serviços. Se o patrão arruma gasolina, o rancho fica tudo anotado no caderno. Nada é dado". (Paulão, Ângela e Dilcélio, Julho 2007, carta assinada pelos três agentes sociais em uma oficina de mapas realizada no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia).

Após limparem o terreno e o igarapé, começa o que estes trabalhadores extrativistas denominam de “montagem da colocação”. A “colocação” se refere a uma unidade de produção, um determinado lugar estratégico no “piaçabal” onde são montadas os “barracões”, é uma construção de madeira que serve de moradia enquanto os “piaçabeiros” estão extraindo a fibra.

A “colocação” é montada na beira de igarapés, de modo que facilite algumas atividades, como higiene pessoal e transporte das fibras. Por isso eles abrem uma clareira na mata, ficando com um campo pequeno aberto para montarem o “barracão”, beneficiar e armazenar as fibras enquanto não são vendidas ao patrão. Os elementos que compõem a “colocação” são os seguintes:

- a) Barracão: Constitui-se uma moradia enquanto os “piaçabeiros” estão realizando suas atividades extrativistas. São barracas feitas de madeira, construídas a partir de troncos de árvores medianas, e cobertas de palha de palmeiras, como buçu, caranã e até mesmo de palmeiras de piaçaba. É no “barracão” que os “piaçabeiros” guardam os seus pertences pessoais, como roupas, alimentos, redes, instrumentos de beneficiamento e realizam as suas refeições diárias, como café da manhã, almoço ou janta. É uma moradia de passagem, pois os piaçabeiros sabem que ficarão lá por alguns meses.
- b) Lugar de beneficiamento: Atualmente não se trata de nenhuma construção específica, como o “barracão”. Dentro das “colocações” há um espaço físico limpo (sem floresta) onde os “piaçabeiros” realizam o beneficiamento, como cortar a fibras, trançá-las, amarrá-las, amolar os terçados e facões.
- c) Igarapé: O igarapé é um pequeno curso d’água constituído como um canal de um rio. É caracterizado pela pouca profundidade e por correr no interior da floresta. Apesar do igarapé ser um elemento forte na escolha do lugar da “colocação”, ele é ressignificado, já que não é visto como mero depósito de água. Isso porque depois de montada a “colocação” é no igarapé onde os “piaçabeiros” tomam banho, lavam roupas, tiram água para cozinhar, beber, guardar as fibras depois de beneficiadas e se transportarem, ou seja, algumas práticas que facilitam a permanência dos trabalhadores extrativistas no “piaçabal” são atenuadas pelo igarapé.

Os trabalhadores extrativistas da piaçaba compartilham o “barracão”, onde eles armam suas redes, guardam suas roupas e demais pertences pessoais. Alguns instrumentos de beneficiamento das fibras de piaçaba também são usados por todos, na medida em que são eles próprios que confeccionam.

É na “colocação” que começa uma trilha feita pelos próprios piaçabeiros que dá acesso aos locais com incidência de palmeiras de piaçaba, esta trilha é conhecida por eles como “caminho variante” ou “varadouro”. A partir do varadouro surgem outras ramificações, picadas na floresta, também chamada pelos “piaçabeiros” de “galhas”, que dão acesso aos diferentes lugares de incidência da palmeira.

Este lugar de incidência é denominado pelos piaçabeiros de “rebolado”. Cada trabalhador extrai as fibras de piaçaba em um “rebolado”. As principais práticas extrativistas ocorrem no “rebolado” de palmeiras de piaçaba, para a extração das fibras dessa palmeira é empregada uma série de conhecimentos tradicionais. Os piaçabeiros consideram ser este o lugar de maior risco para serem atacados por animais, como cobras, lacraias e até onças.

A construção social do espaço no “piaçabal” perpassa um sistema de *classificação* através de relações dinâmicas entre os “piaçabeiros” e do modo como eles representam tais relações seja com os patrões, seja com a natureza. A *classificação* supõe a organização e distinção do mundo social a partir de parâmetros estabelecidos pelas *categorias*. No conto “O idioma analítico de John Wilkins”, Jorge Luis Borges (2005) afirma que não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural.

Ao ler Borges, Foucault (1999) aponta que *classificar* é um modo de operar a função taxionômica do discurso e está relacionado à disposição do *saber* que ordena o conhecimento segundo a possibilidade de representá-los num sistema de nomes, embutindo a possibilidade de uma ordem constante.

O sistema de *classificação* no “piaçabal” perpassa tanto o espaço físico que é ressignificado, por exemplo, a partir de designações como “varadouro”, “galhas”, “colocação” quanto os recursos naturais ali encontrados, como as palmeiras de piaçaba e plantas medicinais. Há também as *classificações* das próprias técnicas de extração das fibras.

Quanto à *classificação* das palmeiras de piaçaba, elas estão dispostas no âmbito dos *conhecimentos tradicionais* dos trabalhadores extrativistas da seguinte maneira:

- a) “Gigante”: São palmeiras com altura acima de cinco metros, são mais antigas, cujas fibras são escuras. Pela altura, os “piaçabeiros” não conseguem cortá-las sem derrubá-las.
- b) “Garrote”: São as palmeiras que chegam até aproximadamente cinco metros de altura. Para cortá-la os “piaçabeiros” inclinam uma tábua ou um tronco firme de madeira, e apoiam na palmeira até o chão, ficando na diagonal. Esta tábua ou tronco serve de escada para o “piaçabeiro” subir até alcançar as fibras e poder cortá-las.
- c) “Baixinhas”: São as palmeiras entre 1,5 a 2,5 metros, consideradas as mais frequentes pelos piaçabeiros.

As fibras demoram uma média de cinco anos para crescerem ao ponto de serem cortadas. Enquanto as fibras crescem, os “piaçabeiros” procuram outros lugares para montarem e organizarem todo esse complexo de práticas extrativistas.

A relação entre a noção de *tempo* se mostra aqui relevante para compreendermos algumas questões nessa unidade de produção denominada “piaçabal”. O *tempo* é uma das categorias essenciais do entendimento humano que implica uma série de juízos e raciocínios que são construídas socialmente.

Evans-Pritchard (2002) descreve o *tempo* como sendo “estrutural e ecológico” em seu estudo sobre os Nuer. Compreender tais distinções se torna oportuno para efeito da descrição etnográfica. O *tempo*, construído nas relações dos homens com o meio ambiente, é o que Evans-Pritchard denomina de “tempo ecológico”. Já as relações mútuas dentro de uma estrutura social são denominadas pelo autor de “tempo estrutural”.

O tempo em que as palmeiras precisam para se reproduzir após terem sido cortadas no piaçabal, por exemplo, está no âmbito do “tempo ecológico”. Os “piaçabeiros” não podem cortar as palmeiras novamente enquanto elas não reproduzirem novas fibras.

Já as relações sociais no “piaçabal” ocorrem no “tempo estrutural”, que não depende necessariamente desse tempo da natureza, ou seja, os dias da busca da incidência das palmeiras, o tempo de corte e beneficiamento vai depender da forma do trabalho e do modo em que os “piaçabeiros” estão relacionados entre si.

Os “piaçabeiros” cortam as fibras de piaçaba com mais frequência no período da cheia dos rios. Tal prática está no âmbito do “tempo ecológico”, mas o

quanto eles despendem para terminar as atividades depende das relações sociais entre eles, ou seja, é um “tempo estrutural”.

As atividades na “colocação” dependem do “tempo estrutural”, pois há certas convenções seguidas pelos “piaçabeiros”, como iniciar o trabalho extrativista por volta das cinco horas da manhã, e à tarde “beneficiar” as fibras extraídas que termina à noite.

Há “colocações” em que os “piaçabeiros” começam a extrair as fibras por volta das sete horas da manhã. Há outras situações que estes trabalhadores extrativistas não vão todos os dias ao local com incidência das palmeiras de piaçaba para extraí-las. Isso vai depender de como eles estabelecem as relações da própria organização social naquela unidade de produção.

A dívida enquanto instrumento de repressão da força de trabalho e seus mecanismos de resistência

No âmbito do “sistema de aviamento”, cada trabalhador extrativista da piaçaba tem sua “conta”, que se refere às dívidas adquiridas com o patrão durante sua estadia no piaçabal. Quando um piaçabeiro vai à unidade de produção extrair fibras de piaçaba, ele já se endivida com o patrão. Isso porque o comerciante entrega antecipadamente um “rancho” (cesta básica de alimentação) ou dinheiro para este “piaçabeiro” e sua família se manterem durante a extração no “piaçabal”.

Os piaçabeiros permanecem no piaçabal de três meses a um ano, há situações que permanecem na unidade de produção por vários anos. Em um período acordado com o patrão, os piaçabeiros entregam sua produção e tem suas fibras pesadas com o auxílio de uma balança. O patrão anota toda a produção deste piaçabeiro e desconta do saldo do trabalhador extrativista as dívidas que o mesmo possui, ou lhe foi atribuída ao comprar a preços superfaturados as mercadorias necessárias para a estadia no piaçabal.

Esterci (1996, p. 130) me leva a refletir a *dívida* enquanto forma de imobilização de trabalhadores. A dominação possui peculiaridades e a dívida é uma delas. Fazendo um estudo sobre imobilização por dívida e formas de dominação no Brasil nos anos 1960 a 1990, ela assevera que “os elementos mais importantes que compõem a peonagem na Amazônia são: a instituição da dívida, naturalmente, a remuneração por produção, a presença dos intermediários e o uso frequente da violência” (Esterci, 1996, p. 130).

A imobilização da força de trabalho dos povos indígenas, dentre outros fatores, encontrou força em sua reprodução através da servidão pela dívida, nesse caso, foi construída no sistema de aviamento.

Teixeira (2009) observa que o processo comercial do aviamento possui dois momentos distintos: O primeiro diz respeito ao aviamento como uma organização comercial destinada à exploração dos recursos naturais, assumindo um caráter mercantil. Já o segundo, se reveste da forma do barracão e as relações sociais ganham um novo conteúdo, diferente do caráter mercantil, onde as relações sociais são marcadas pela coerção e não pelo mercado.

As relações de imobilização por dívida nos “piaçabais” podem se aproximar das análises de Esterici (1996), todavia, há particularidades que devo levar em conta. Existem mecanismos de *resistência* dos piaçabeiros em relação a esse sistema.

James Scott (1985) faz uma reflexão das formas de *resistência cotidiana* dos camponeses da Malásia frente à expansão agrícola, divisão de classes, expropriação de terras e distribuição desigual de renda causada pela revolução verde. Dentre estes mecanismos estão a dissimulação, furtos, calúnia, sabotagem. Noto que nesse caso a *resistência* está mais num plano do simbólico, que não supõem alguma coordenação ou planejamento, já que ela pode se dá num âmbito individual do cotidiano, que evita qualquer confronto direto com autoridades ou com as normas de elite.

Nas relações sociais entre os trabalhadores extrativistas da piaçaba e os comerciantes denominados de “patrão” esses mecanismos de *resistência* são acionados cotidianamente. Por exemplo, quando os “piaçabeiros” molham as fibras, acrescentam areia e galhos para estas incidirem na hora da pesagem e o valor descontado da “tara” se equipara ao peso acrescentado, interpreto como *resistência*. Há situações em que o piaçabeiro não paga a dívida, não extrai muitas fibras, e volta pra cidade de Barcelos sem a produção, interpreto como mecanismos de *resistência*, apesar desse agente social ser estigmatizado pelos “patrões” como alguém “preguiçoso”, “mau trabalhador”.

Scott (1985) me ajuda a compreender que para além da “resistência” de um significado econômico (num sentido de diminuir a *dívida*) há a *resistência* num sentido simbólico, ou cultural, quando os “piaçabeiros” acionam suas identidades étnicas, como indígenas, frente a uma situação de *repressão de força de trabalho*.

Tais mecanismos de resistência podem ser uma resposta à *repressão da força de trabalho* vivenciada por estes trabalhadores. Velho (1976, p. 106) observa que

devemos tomar cuidado ao falar de sistemas de repressão da força de trabalho ou da imobilização da força de trabalho para não compreender essas expressões literalmente.

O autor considera que cada sistema tem suas próprias leis de movimento de população. Quando essas noções “repressão da força de trabalho ou imobilização da força de trabalho” traduzam a noção de sistemas caracterizados pela dominância política que se opõe à pequena produção independente e também à formação de um mercado de trabalho livre, são úteis e nos permitem perceber o que esses diferentes sistemas têm em comum. (Velho, 1976, p. 108)

Há várias maneiras de *repressão da força de trabalho* e no caso das relações nos “piaçabais” há peculiaridades. Por exemplo, a categoria *cativoiro* que parece representar o funcionamento do sistema da repressão da força de trabalho, não se aplica aos “piaçabais”, já que os piaçabeiros podem sair do piaçabal em suas canoas (pequenas embarcações) ou de carona em algum barco, visto que o acesso aos piaçabais se dá por via fluvial somente, nem a figura do “gato” (pessoa que recruta, vigia e oprime os trabalhadores em situação de trabalho escravo) pois não existe uma vigilância constante dos trabalhos extrativistas da piaçaba, o controle dos piaçabeiros pelos patrões se dá, sobretudo, pela dívida.

Então a dívida é um instrumento de dominação de um grupo sobre outro, e mantê-la, é fundamental para que o sistema de aviamento continue funcionando. Esse sistema no “piaçabal” é caracterizado pela dominância política que se opõe à pequena produção independente e ao mercado de trabalho livre. A especificidade do sistema de repressão da força de trabalho está relacionada também às distâncias das “colocações” e consequentemente aos recursos financeiros dos trabalhadores extrativistas. A dependência do “patrão” começa nesse ponto.

Velho (1976, p. 100) também aponta a “marginalidade” e a “servidão” como características desse sistema de repressão da força de trabalho. Nesse sentido me aproximo das análises do autor para a compreensão das relações sociais no “piaçabal”. A força de trabalho é imobilizada através da “servidão”, e esta última se mantém através da *dívida*.

É oportuno observar que houve mudanças significativas desde os anos 2000. Tais mudanças são engendradas pela mobilização política dos movimentos sociais em Barcelos ligados aos piaçabeiros, como a Associação Indígena de Barcelos (ASIBA).

Criada em 1999, a ASIBA é uma organização heterogênea que reúne indígenas de distintas etnias do Rio Negro, como tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena, tuyuca, dentre outros. Fundada sob um estigma de negação da presença indígena na cidade de Barcelos, esta associação, hoje com 19 anos, tem como objetivo fortalecer e incentivar os modos culturalmente distintos e tradicionais dos povos indígenas em Barcelos. Reivindica a demarcação de terras nos rios Caurés, Quiuni, Aracá, Demeni, Preto e Padaurinos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM e atualmente está inserida nas discussões sobre Ordenamento territorial no Rio Negro.

Um dos desafios dessa associação quando criada foi o de reivindicar o “reconhecimento” de sua identidade étnica frente ao Estado e aos demais grupos sociais das quais interagem, como os não-indígenas.

Essas mudanças no cenário político em Barcelos-AM estão relacionadas, sobretudo, ao fato dos piaçabeiros começarem a acionar suas identidades étnicas, politizando tal categoria para chamar atenção às situações de repressão. Ao não pagarem a dívida, dando o chamado “calote”, ao denunciarem à Câmara municipal de Barcelos e ao Ministério Público Federal, estes agentes estão mudando um cenário de repressão da força de trabalho referido à extração das fibras de piaçaba que vigorou por séculos, já que desde o período colonial, com a extração das drogas do sertão, a força de trabalho compulsória dos povos indígenas era utilizada para a manutenção econômica e política do Estado e das elites locais.

A partir da instauração do inquérito civil em 2013 pelo Ministério Público Federal para apurar denúncias sobre o trabalho análogo à escravidão no extrativismo da piaçaba, ocorreu uma operação conjunta entre o Ministério Público Federal (MPF/AM), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Federal (PF) em maio 2014 com o objetivo de apurar as denúncias recebidas no MPF/AM.

Como resultado desta operação, foram resgatados 13 piaçabeiros em condições consideradas degradantes e jornadas exaustivas. O comerciante exportador neste sistema de aviação está respondendo às acusações de redução à condição análoga à de escravo, previsto no artigo 149 do Código Penal, de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, constante do artigo 203 do mesmo código, e de falsificação de documento público, relativo ao artigo 297 do Código Penal.

Hoje, a partir desta operação, muitos patrões deixaram de trabalhar neste sistema, e muitos piaçabeiros deixaram de ir aos piaçabais por não terem recursos para isso. Entretanto, isso está os obrigando a se reorganizarem em

unidades associativas, como vem acontecendo com a cooperativa mista agroextrativista dos povos tradicionais do médio rio negro (COMPAGEPT) e Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) que está iniciando uma nova forma de trabalho.

Atualmente, a *dívida* existe, mas há situações que ela não é elemento de cerceio da liberdade ou coerção física. Os piaçabeiros ainda têm a *dívida*, mas a diferença é que estes conseguiram articular meios de *resistência* frente a esses antagonismos.

Quando os trabalhadores extrativistas não pagam a *dívida* ao pequeno comerciante da qual eles são subordinados, são estes últimos, conhecidos como “patrõezinhos”, que terão necessidade de arcar com o prejuízo porque eles são subordinados a um comerciante cujo capital financeiro é maior, denominado de “patrão exportador” ou “empresário” a quem o pequeno comerciante empresta dinheiro e adquire as mercadorias a prazo para fornecer aos trabalhadores extrativistas da piaçaba, como mencionei no início deste artigo a partir de Meira (1993).

Quando os piaçabeiros quitam as dívidas com os pequenos comerciantes, estes pagam o empresário que forneceu as mercadorias e o dinheiro, por esse motivo, dificilmente o empresário leva o “calote”. Pois se os “patrõezinhos” não quitarem suas *dívidas*, eles não terão como dar continuidade às suas atividades comerciais.

No “piaçabal” não há vigilância ostensiva dos patrões, mas a jornada de trabalho é exaustiva, pois cada “piaçabeiro” tem que produzir para saldar suas dívidas e ter saldo financeiro para sobreviver na cidade ou nos povoados.

A insalubridade se faz presente em todas as etapas da extração e beneficiamento das fibras, já que os piaçabeiros utilizam apenas botas como segurança, e não são oferecidos pelos patrões outros equipamentos de proteção (EPI).

Caso algum acidente aconteça no “piaçabal” estes trabalhadores contam com os conhecimentos tradicionais para o manuseio de plantas medicinais e rezas que auxiliam na recuperação dos doentes, enquanto não são levados à cidade para o cuidado no hospital público.

Embora cada “piaçabeiro” faça sua jornada de trabalho, ou seja, eles escolhem em quais horas e quais dias vão extrair as fibras de piaçaba, o que vai importar é a produção extraída no final da safra, período combinado com os patrões para entregarem as fibras. A pressão de ter que entregar esta produção faz com que estes trabalhadores tenham jornadas exaustivas e insalubres.

Em todas as entrevistas sobre a *dívida*, seja com “patrãozinho”, seja com “piaçabeiro”, eles relatavam que a *dívida* aumenta ou diminui conforme o ritmo das atividades de cada trabalhador extrativista da piaçaba.

Deste ponto de vista, não somente os trabalhadores extrativistas criam mecanismos de *resistência* frente ao sistema econômico da qual estão inseridos, mas também os “patrões” têm seus modos de assegurar mecanismos de *dominação* para manter os trabalhadores extrativistas subordinados no âmbito deste “sistema de aviamento”.

Considero a *dívida* o principal mecanismo de *dominação* nesta relação social entre “patrões” e “fregueses”. Mas ela não é somente financeira, ela também é moral. Alguns sentimentos como culpa, de um lado, e gratidão, por outro, fazem parte das estratégias de dominação, é comum observar nos discursos variados modos de “culpar” os piaçabeiros pela sua dívida, por exemplo.

A ideia da culpa, em alguns discursos em Barcelos é associada à índole do trabalhador, o que contribui para a construção de um estigma sobre os piaçabeiros. Para o piaçabeiro, provar que é um bom trabalhador, ter uma alta produção e obter bens é uma forma de desconstruir este estigma, entretanto, ao fazer isso ele cai no jogo da subordinação e acaba cada vez mais imerso na imobilização da força de trabalho.

Para Goffman (1963) o estigma é utilizado como um efeito de descrédito, defeito, fraqueza e até desvantagem para estereotipar indivíduos em uma determinada sociedade. O autor menciona ainda que o “estigma” é usado como um atributo depreciativo construído como uma linguagem de relações.

Peres (2006) aponta que no “sistema de aviamento” as relações sociais são regidas também a partir de uma *dívida moral*, ou seja, este sistema econômico é também um sistema de reciprocidade. De acordo com o autor, o “sistema de aviamento” se sustenta em princípios alheios à lógica do mercado, em laços e compromissos duradouros e pessoais, numa economia moral que define o “bom” e o “mau” patrão assim como o “bom” e o “mau” freguês. O endividamento permanente – assim como o crédito e o risco envolvido nele – não pode ser entendido num código puramente econômico, pois é símbolo e base de manutenção de uma aliança entre o freguês laborioso e o patrão generoso. (PERES, 2006, p. 166)

Há um vínculo para além de econômico entre “freguês” e “patrão”, há uma rede de compadrio e reciprocidade entre estes agentes, existem patrões que são tios, irmãos, primos e compadres de piaçabeiros, apesar disso, as relações de

dominação não são minimizadas. O trabalhador extrativista sente a obrigação de pagar essa *dívida* tão logo possível. Funciona, portanto, como uma espécie de honra.

Peristiany (1971) aponta que as noções de honra e vergonha aparecem em algumas sociedades como um sistema de regras sociais, no que tange à conduta, são elementos que implicam na hierarquização dos indivíduos e os levam a valorizar ou não as condutas alheias.

O trabalho de Ciocari (2011) me ajuda a refletir sobre uma “honra do trabalho” presente também nos piaçabais em Barcelos, mesmo que de forma distinta. A busca pela “honra” implica numa repulsa à desqualificação social daquele que não tem um nome “limpo”, cuja reputação estigmatizante é atribuída exteriormente.

Por outro lado, quando o trabalhador extrativista se sente prejudicado ou explorado, essa *dívida* moral não existe. São formas recíprocas de tratar o outro, ou seja, conforme cada “patrão” estabelece sua relação social com cada trabalhador extrativista e vice-versa, haverá ou não a obrigação moral de quitar a *dívida*.

Uma das reflexões que subsidia a compreensão da *dívida* moral, assim como formas recíprocas de tratamento entre os agentes sociais da pesquisa é o trabalho de Mauss (1974). Em *Ensaio sobre a dádiva*, o autor mostra que a reciprocidade implica numa obrigação moral e coercitiva. A negação da dádiva é a negação de alianças, de contratos, pois “não são os indivíduos, mas as comunidades que se obrigam mutuamente” (MAUSS, 1974, p. 44).

O ato de quitar as dívidas de um “freguês” com outro comerciante é considerado um favor entre esses agentes sociais. Assim os “piaçabeiros” sentem que tem uma obrigação moral de trabalhar para aquele comerciante que quitou suas dívidas com o “patrão” anterior.

É interessante que nesse momento, tanto os “fregueses” quanto os “patrões” atribuem à dívida ao trabalhador extrativista e não ao comerciante da qual os primeiros são subordinados. A lógica destes discursos é de quem trabalha, salda suas *dívidas*.

O “calote”, ou seja, não pagar a *dívida*, implica numa nova maneira de estabelecer relação com o “patrão”, desconstruindo uma imagem de vítimas e sujeitos atomizados, sem consciência política e noção dos seus direitos. Nesta nova relação, e talvez um dos primeiros exemplos de um trabalhador extrativista

que era subordinado ao comerciante conhecido como “patrão” e que de certa forma reagiu à exploração foi o Sr. Milton.

O Sr. Milton estava trabalhando com um comerciante a quem denominava de “patrão” há três anos e neste tempo nunca tinha conseguido saldar sua dívida. Durante seis meses o Sr. Milton passou, juntamente com sua família, que é composta por sua esposa e mais quinze filhos, extraindo as fibras de piaçaba no Rio Preto, afluente do Aracá para tentar saldar sua *dívida*. O “patrão” lhe apresentou uma dívida de R\$15.000 mesmo o Sr. Milton afirmando que ele não devia esse valor.

De acordo com o Sr. Milton, ele já tinha quitado todas as suas *dívidas* e deveria receber, de acordo com suas contas, um valor de R\$ 500,00. O “patrão” não considerou e continuou afirmando que o Sr. Milton ainda devia R\$15.000.

Após discussões, o Sr. Milton, como indígena da etnia baré, recorreu à Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) que o incentivou a registrar um Boletim de ocorrência (B.O.) e processar este comerciante que estava cobrando. Assim procedeu, processou na justiça o patrão. No final, o Sr. Milton recebeu o valor de R\$ 500,00 que correspondia ao seu saldo e fora comprovado que ele não devia o valor de R\$15.000 que o comerciante cobrava.



Este episódio abriu precedentes para que outros “piaçabeiros” reivindicassem seus direitos trabalhistas e se associassem a alguma organização da sociedade civil, como uma cooperativa ou associação indígena. Assim também, como a *dívida* começou a ser pensada como algo menos rígido, havia, portanto, a possibilidade do “calote” ser uma resposta à repressão da força de trabalho.

A partir daí, a possibilidade de enfrentar legalmente o comerciante denominado de “patrão” é posta, assim também como a força e o domínio deste último são enfraquecidos com a mobilização dos agentes sociais em unidades associativas, que visam também amparo legal.

Referências bibliográficas

- Borges, Jorge Luís. (2005) “O idioma analítico de John Wilkins”. In: BORGES, Jorge Luís. *Obras Completas II: 1952-1972*. São Paulo: Globo, p. 92-95.
- Bourdieu, Pierre. (1991) *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cioccari, Marta. (2011) “Risco, riso e respeito: notas sobre a construção da honra entre trabalhadores em minas de carvão no Brasil e na França”. *Revista Brasileira de História*

- ↳ *Ciências Sociais*. Vol. 3 N° 6, pág. 17-27. Dossiê - Os trabalhadores: experiências, cotidiano e identidades.
- Esterci, Neide (1996), “Imobilização por dívida e formas de dominação no Brasil de hoje”, in *Lusotopie*, n° 3, pp. 123-137.
- Evans-Pritchard, E (2002), *Os Nuer*, São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1999) “Classificar”, in: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Goffman, Erving. (2009) *A representação do eu na vida cotidiana*. Ed.Vozes: Petrópolis.
- Mauss, Marcel (1974), *Sociologia e Antropologia*, vol. II, São Paulo: EPU.
- Meira, Márcio (1993) *O tempo dos padrões: extrativismo da piaçava entre os índios do Rio Xié (alto Rio negro)*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- Peres, Sidnei. (2006), “A economia moral do extrativismo no Médio Rio Negro: aviamento, alteridade e relações interétnicas na Amazônia”, in *Antropolítica*. n° 21, Niterói, EdUFF, p. 151-170.
- Peristiany, J. G. (1971) “Introdução”, in: J.G. Peristiany (org.). *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Scott, James (1985) *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University, New haven and London.
- Teixeira, Carlos Corrêa. (2009) *Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/EDUA.
- Velho, O. G. (1976) *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: DIFEL.